

A sabedoria de distinguir

Concurso
19 NOV 1993

Walter Gomes

Neste momento de purgação, o Congresso Nacional é o retrato fiel das contradições da sociedade brasileira. Transparente, revela suas mazelas e, também, suas virtudes, estas bem mais numerosas do que aquelas.

A CPI do Orçamento diz tudo. Pela primeira vez, a crônica política registra — às vezes, com algum estardalhaço — o processo corretivo em que se envolveram deputados e senadores. Jamais, houve situação idêntica na História da República.

Com a conclusão dos trabalhos, o Parlamento, sem dúvida, arrebatará o troféu que premia os vitoriosos. Os congressistas, sabese, não gozam de boa reputação junto aos cidadãos. Isso porque o julgamento vem sendo feito por baixo, juntando na mesma base referencial os homens de bem e a ralé imoral-corrupta - desavergonhada, cujo modelo perfeito tem o perfil do grupo que transformou os recursos da Lei de Meios em bens pessoais.

É de fundamental importância que, ao se analisar a representação política, se separe a competência da incompetência, a dignidade da indignidade, a honestidade da desonestidade, o bem do mal. No caso em discussão, a dicotomia cabe como a mão na luva certa.

O PMDB, até pela sua expressividade, tem sido a legenda mais atingida pelo lamaçal que corre ladeira abaixo. Porém, a sigla, de passado digno, não pode ser confundida com a malandragem e a hipocrisia dos assaltantes do erário. O partido é maior do que a sua deficiência, de identificação recente, na escolha de líderes, os que têm direito, na momenclatura da elite partidária, de ser chamados *cardeais*.

Se há três ou quatro peemedebistas de expressão envolvidos no assalto ao Tesouro Nacional, existem os homens públicos de

conduta ilibada, e não são poucos, sócios remidos, de carteira assinada e firma reconhecida, da agremiação política criada por um punhado de bravos, à frente Ulysses Guimarães.

Quase todos os partidos têm gente com culpa no cartório, conforme as apurações da Comissão Parlamentar de Inquérito são postas à disposição do público. Coube no balaio da ladroagem representação, até, de legenda de esquerda, o PSB, e de direita (não-assumida), caso do PFL, PPR e PP.

Feita a limpeza, exigência do povo e tendência natural da Câmara dos Deputados e do Senado, imunes, agora, parece, ao corporativismo, o fascinante jogo político será reiniciado. Haverá maior atenção, com certeza, aos critérios de escolha dos candidatos à eleição casada do próximo ano e dos pleitos futuros. Além disso, urge que a Justiça Eleitoral melhor se aparelhe para fiscalizar as campanhas, impedindo que o *dinheiro sujo* conspurque a escolha popular. Chegou o momento de alijar da vida pública os que a afrontaram e, pior, a desonraram.

Políticos sem compostura, como Fernando Collor, para não haver necessidade de citar todos, não merecem complacência alguma. Qualquer descuido será fatal. De repente, poderão voltar aos palanques da demagogia para ganhar o voto dos desmemoriados.

Lembrar o aventureiro alagoano convém. Ele, diante da explosão dos fatos desairosos extraídos da **CPI do Orçamento**, tenta tirar proveito. Essa *Operação de mãos limpas*, ensinada pelos italianos aos brasileiros, não pode deixá-lo escapar.

Terá de ser punido, em nome da dignidade nacional. Não existe diferença entre quem foi obrigado a deixar a Presidência da República, porque delinquiou, e os apanhados pela ratoeira montada nos corredores do Poder Legislativo.